

85  
cada na pauta da próxima Reunião,  
questão do coreto construído na Praça  
Osório, que interfere na paisagem  
urbana local. Debateu-se a seguir, o  
problema da poluição visual em  
razão das eleições. Sem mais a  
tratar, foi dada por encerrada  
a Reunião e eu, José Guilherme Coutor Magalhães  
lavei a presente ata que, depois  
de lida e aprovada será assinada  
por mim e pelos presentes na  
próxima Reunião.

~~José Guilherme Coutor Magalhães~~  
~~7~~  
~~Reunião~~  
Dr. J. I. Filho  
Roberto Augusto Junqueira  
Colombo  
Regina de Oliveira  
Janiz Antonio Coutor Magalhães  
Lourna Joeli Alice Pacheco  
Maui Ceres Polher de Azevedo

Ata da 61ª Reunião do  
Conselho Estadual do  
Patrimônio Histórico e  
Artístico realizada no  
dia 7 de março de 1987.

Aos sete dias do mês de março de mil novecentos e oitenta e sete, reuniu-se às 14,30 hs o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico na Secretaria da Cultura e do Esporte, rua Etano Pereira nº 240, com a presença da senhora secretária da Cultura e do Esporte, também presidente do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico, Sra. Suzana Munhoz da Rocha Guimarães, do secretário do Conselho e Coordenador do Patrimônio Cultural, José Guilherme Cantor Magnani e dos srs. Conselheiros Ruy Correa Feuerschuetz, José da Pastina Filho, Oldemar Blasi, Marco Antonio Helle, Regina Louca, Luiz Antonio Cantor Magnani, Roberto Ribas Lange, Gilberto Coelho, Maria Cecília Solheid da Costa. Compareceram os técnicos da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico Rosina Coeli Alice Parthen, Ana Maria de Paula Soares, Elfriede Braum, Simone Índio do Brasil Arantes, Salete Moleta, Maria Elisabeth Lopes e ainda, o Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, René Kravetz, o superintendente da Petrobrás-Six de São Mateus do Sul, Cesar Tadeu da Silva Barlem, a Presidente da Associação de Preservação do Patrimônio Cultural e Ambiental de São Mateus do Sul, Maria Cristina Martins Pinte. Antes do início dos trabalhos foi assinado o convênio entre a Petrobrás-Six e a Associação de Preservação do Patrimônio Cultural e Ambiental de São Mateus do Sul, para repasse de verba de Cr\$ 250 mil, a fim

de dar continuidade à restauração do vapor "Pery", peça de valor histórico no testemunho da navegação do Rio Iguaçu. O secretário do Conselho e Coordenador do Patrimônio Cultural, José Guilherme Canter Magnani, ressaltou a importância do Convênio, o interesse da Petrobrás e a participação da comunidade, que aliados ao apoio técnico da SECE, concretizaram tal convênio. O representante da Petrobrás, falou da satisfação em estar perante o conselho do Patrimônio Histórico e Artístico e ressaltou o trabalho da Coordenadoria do Patrimônio Cultural e que em estreita colaboração com a Petrobrás iniciou os trabalhos de restauração do vapor Pery, antiga reivindicação da comunidade São Mateuense. Aberta a sessão foi lida a ata anterior, que depois de aprovada foi assinada pelos membros do Conselho. O Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, Dr. René Kravetz foi então, convidado para compor a mesa do Conselho e fazer um relato do processo que visa proteger área tombada em Castro. Ressaltou o ineditismo do fato, no Paraná, de o juiz mandar suspender a obra causadora de dano ao Patrimônio, cassando medida anterior que permitia prosseguimento da obra. Apesar do processo continuar a tramitar na Comarca de Castro, espera-se um resultado positivo, principalmente se a parte interessada na preservação do patrimônio fizer chegar ao juiz elementos que lhe permitam uma melhor compreensão do dano causado ao bem em questão e desta

forma manifestar-se contrário ao agravo regimental 174/86 do Ministério Público do Paraná. O conselheiro Roberto Ribas Lange sugeriu que o Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico elaborasse um expediente prestando solidariedade à medida de embargo. O secretário do Conselho José Guilherme Cantor Magnani levará o fato à Assessoria jurídica da Secretaria da Cultura e do Esporte para reforço das medidas ao embargo junto ao Procurador do Estado, no sentido de se anular a transação imobiliária que não tenha sido previamente submetida à Curadoria conforme o direito de preferência previsto em lei. A secretária, Suzana Munhoz da Rocha Guimarães, leu um comunicado onde a conselheira Tereza Urban Furtado, justifica sua ausência e faz algumas propostas a serem discutidas nesta reunião. Após explicar que o motivo que a levou a ausentar-se desta reunião foi o fato de estar doente, afirma: "gostaria de deixar registrado, apesar da ausência, o respeito, como membro do Conselho e como cidadã pelo empenho da Secretaria em praticar uma política de preservação e de defesa do patrimônio cultural sensível às manifestações e interesses da população que começa a reconquistar junto com o direito à cidadania uma consciência da importância da sua história e da necessidade de preservação de sua memória. A manutenção dessa política baseada na investigação, na pesquisa e no profundo respeito às propostas e solicitações das mais diversas comunidades, deve ser também defendida. Nesse sentido o Conselho tem papel fundamental. Na sua forma atual foi

constituído cuidadosamente numa composição que considerou a necessidade de envolver representantes dos mais diferentes setores da comunidade na difícil tarefa de defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural. Por isto proponho que seja colocado em discussão na pauta da reunião de hoje estas duas propostas: 1.) a elaboração de um documento referendando a política desenvolvida pela Secretaria particularmente no que diz respeito aos trabalhos da Coordenadoria do Patrimônio Cultural. 2.) que o Conselho mantenha sua atual composição. Nós, conselheiros, somos representantes da comunidade e o leque abrangido tem sido suficiente para resguardar os interesses dessa comunidade. Estou convencida de que precisamos manter uma frente de defesa diante das ameaças cada vez mais diretas e iminentes ao patrimônio cultural. O conselho representa este papel, já está constituído e tem experiência nesta função de defesa. Não estamos discutindo aqui questões de natureza pessoal e sim a preservação dos direitos mais amplos do cidadão através de Conselhos representativos. Por isto, espero dos conselheiros um claro entendimento de minha proposta e seu apoio. Muito obrigada. Curitiba, 06 de março de 1987. Tereza Urban Furtado."

O Conselho, após debate a propósito destas duas colocações posicionou-se: a) ao entender que a política desenvolvida pela Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico de priorizar projetos a longo prazo tais como o da

Serra do Mar, Caminhos das Tropas, Navegação do Rio Iguaçu e outros, vem ao encontro das necessidades de preservação do Patrimônio Histórico Natural manifesta apoio a esta política.

b) O conselho chegou ao consenso de que não haverá necessidade de formalizar a colocação de cargos à disposição, uma vez que os mesmos se encontram permanentemente à disposição do Governador do Estado. A Conselheira Maria Cecília Solheid da Costa situou o resultado dos trabalhos como um marco na história do Patrimônio Cultural do Paraná. O conselheiro Oldemar Blasi relembrou o trabalho pioneiro dos antigos conselheiros que outrora lutaram pelos ideais de preservação do Patrimônio Cultural, citando o governador Bento Munhoz da Rocha que em 1953 oficializou a importante lei de preservação. A presidente do Conselho, Suzana Munhoz da Rocha Guimarães, falou do posicionamento da Secretaria da Cultura e da sua política cultural, exemplificando sua posição mediadora no caso Rally Camel Trophy, programado para ocorrer em região tombada da Serra do Mar, o concurso de cartazes e conseqüente exposição sobre o Parque Nacional do Iguaçu e outras atuações que envolveram a comunidade e preservação da memória histórica do Paraná.

José da Pastina Filho deu conhecimento sobre o Processo nº 008766, solicitação de Isaac Schawartz junto a curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico. Sem mais a tratar, foi dada por encerrada a Reunião e eu, José Guilherme C. Magnani, lavei a presente ata que, depois de

lida e aprovada será assinada por mim e pelos presentes na próxima reunião.

Ata da 62ª Reunião do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico realizado no dia 20 de Agosto de 1987.

Por 20 dias do mês de agosto de 1987, reuniu-se no Auditório Brasília Hibernel, na Secretaria de Estado da Cultura, rua Emanoel Pereira, nº 240, o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, com a presença do Sr. Secretário e também presidente do Conselho, Dr. René Ariel Dotti, do Sr. Mário Pock, Prefeito de Matinhos, do Sr. Leopoldino de Abreu Neto, presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Saint Hilaire e demais pessoas. — x —  
Abrindo a reunião, o presidente convidou os Conse-